



ANEXO

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa do Povo Vilarinho dos Freires

1.2 — Sede

Vilarinho de Freires

Peso da Régua

1.3 — Natureza da Atividade

IPSS

2 - Principais políticas contabilísticas

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, incluindo os inventários.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

2.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

2.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3 – Inventários

3.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	Período 2016			Período 2017		
	Mercadorias	Mat-primas sub. e de consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas sub. e de consumo	Totais
Inventários no começo do período		136,22	136,22		76,30	76,30
Compras		31 535,87	31 535,87		31 536,90	31 536,90
Regularizações			0,00			0,00
Inventários no fim do período		76,30	76,30		113,20	113,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	31 595,79	31 595,79	0,00	31 500,00	31 500,00

4 – Rédito

4.1 a) — *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.*

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes faturados líquidos de abatimentos e descontos.

4.1 b) — *Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:*

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2016			Período 2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens		0,00%		0,00	0,00%	
Prestação de serviços	119 296,50	100,00%	0,00%	102 800,00	100,00%	-13,83%
Juros	0,00	0,00%		0,00	0,00%	
Totais	119 296,50	100,00%	0,00%	102 800,00	100,00%	-13,83%

5 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

5.1 — *Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.*

Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período. No período de 2017 foram considerados como rendimento o valor de 5.585,00€, atribuídos pelas seguintes entidades:

